

**A ROTA PARA O ESTADO NOVO – POLÍTICA E REPRESSÃO NAS
CARTAS DE PEDRO ERNESTO (1936-1937).**

Thiago Cavaliere Mourelle

Doutor (UFF) / Supervisor de Pesquisa (Arquivo Nacional)

thiagocavaliere@arquivonacional.gov.br

Esse texto é um ensaio que mostra para o leitor alguns pontos nevrálgicos da pesquisa de pós-doutorado que dará origem ao livro *O Brasil a Caminho do Estado Novo*, a ser lançado em outubro de 2019.

O período que a historiografia chama de *Governo Constitucional*, de 1934 a 1937, é o intervalo que atualmente merece mais estudos dentro do longo governo Vargas, por ser o menos trabalhado pela historiografia e, em razão disso, o que suscita mais perguntas sem respostas. O *Estado Novo* apresenta-se, quase sempre, como uma solução acabada sem que seja reconstituído detalhadamente o processo e os passos dos personagens na trama que levou à instalação da ditadura.

O texto parte do estudo da correspondência entre Pedro Ernesto e seu filho Odilon, quando o prefeito do Rio de Janeiro estava preso sob a acusação de ser um dos líderes da Intentona Comunista. Na dissertação de mestrado, realizada na UERJ sob a orientação do professor Orlando de Barros, estudamos as realizações de Pedro Ernesto nos campos da Saúde e da Educação e, principalmente, as leis trabalhistas municipais – que antecederam as federais –, além da estreita relação dele com os trabalhadores da cidade. A popularidade de Pedro Ernesto cresceu progressivamente entre os anos de 1931 a 1936, período no qual foi prefeito.

Em minha tese de doutorado (2011-2015), orientada pela professora Ângela de Castro Gomes, na Universidade Federal Fluminense, procurei compreender a relação entre Getúlio Vargas e a Câmara dos Deputados durante o momento de normalidade democrática: da promulgação da Constituição de 16 de julho de 1934 até os levantes da Aliança Nacional Libertadora, em final de novembro de 1935. Demonstrei na tese a relação difícil de Vargas

não só com a oposição, mas com os elementos do próprio governo, além de salientar a insatisfação de parcela dos trabalhadores, que se levantaram então contra o governo, sendo tratados com a violência usual na Primeira República, contrariando o discurso do governo Vargas que pregava uma suposta relação amistosa com o operariado.

Na pesquisa de pós-doutorado na Uerj, que agora apresento no encontro da Anpuh, complemento esses dois estudos anteriores na medida em que mostro a trajetória de Pedro Ernesto depois de sua prisão e, ao mesmo tempo, investigo os passos de Vargas, seus apoiadores e opositores desde o início de 1936 até a deflagração do golpe de 10 de novembro de 1937. Enquanto o processo histórico que levou à ditadura de 1964 já foi examinado por trabalhos de diferentes métodos e referenciais teóricos, a ditadura de 1937 ainda necessita de mais pesquisas que expliquem seus antecedentes e esclareçam o desenrolar da trama política que culminou no golpe de Estado.

A origem deste projeto data de 2012, quando fui procurado por Maria Helena Mossé, neta de Pedro Ernesto, que encontrou em sua casa dezenas de cartas antigas escritas pelo avô ao seu tio, Odilon Baptista – filho do prefeito preso. Sobre o material, eis algumas informações importantes: a primeira carta data de sete de maio de 1936 e, a última, de 31 de julho de 1937. Ou seja, a troca de mensagens começou quando Pedro Ernesto estava completando o primeiro mês de prisão, e terminou no dia seguinte em que o Supremo Tribunal Militar inocentou Odilon Baptista de envolvimento com a chamada *Intentona Comunista*. Fatos relevantes sobre a trama política da época são citados na correspondência, alguns desconhecidos, o que me deu a certeza de que tais fontes poderiam trazer valiosa contribuição para a historiografia.

São 92 cartas, enviadas do Brasil para o exterior. Todas estavam de posse de Odilon Baptista, que se encontrava em exílio, ocasião em que esteve nos Estados Unidos, França, Espanha e Portugal, numa estadia que durou um ano e meio longe de sua terra natal. Quem escrevia as cartas era o pai de Odilon, Pedro Ernesto, e a irmã Yolanda Baptista. Eventualmente a mãe, Evangelina, também escrevia, mas usualmente preferia enviar seus recados através das cartas do marido e da filha. Regra geral, a correspondência era enviada

semanalmente por intermediários, cujos nomes mantinham-se sob sigilo, chegando às mãos de Odilon por volta de três dias.

Não tivemos acesso nem sabemos o paradeiro das cartas escritas por Odilon Baptista a Pedro Ernesto, mas as respostas de seu pai nos permitem supor o que era escrito pelo filho. As preocupações de Odilon giravam sempre em torno da saúde dos familiares, da situação política brasileira e da ânsia que sentia em retornar ao país o mais rápido possível, intenção sempre repelida de forma veemente pela família.

Foi necessário investigar a movimentação política das pessoas citadas por Pedro Ernesto de forma recorrente na correspondência. Entre eles, Getúlio Vargas, José Antônio Flores da Cunha, Pedro Aurélio Góis Monteiro, José Carlos de Macedo Soares, Antônio Carlos de Andrada, Benedito Valadares e Abel Chermont.

Iniciei meus esforços com a leitura de historiadores e cientistas sociais estudiosos do período 1934-1937, o que me trouxe informações relevantes. Porém, algumas lacunas permaneciam devido à quantidade relativamente pequena de estudos devotados especialmente aos antecedentes da instalação da ditadura que instaurou o Estado Novo. Hélio Silva, embora com obra essencialmente narrativa, foi de ótimo auxílio a este trabalho. Além de Hélio Silva, destaca-se especialmente o brasilianista norte-americano Robert Levine, um dos poucos a estudar detidamente o desenrolar das perseguições políticas no ano de 1936 e início de 1937.

Seguindo a mesma prática de outros trabalhos que escrevi, procurei mesclar a consulta a obras consagradas, recorrendo a livros, artigos e teses de doutorado mais recentes, que lançassem novas luzes sobre o momento estudado. Nesse sentido, destaquem-se as pesquisas de Rafael Lapuente sobre Flores da Cunha e o livro recentemente lançado sob o título *Olhares sobre o Governo Vargas*, que organizei com André Fraga, que traz capítulos com autores diferentes e de diversas universidades brasileiras.

A pesquisa objetiva não apenas os acontecimentos que vão desde o início da repressão à chamada *Intentona Comunista*, em novembro de 1935, até o golpe do Estado Novo, mas também oferecer ao leitor a experiência de tentar compreender todo o sofrimento e ansiedade de uma família que sofreu por mais de um ano com a prisão de seu pai e marido. Tensões,

alegrias e tristezas perpassam as linhas das cartas, que nos incitaram a construir da maneira a mais fidedigna possível o ambiente político conturbado e a revelar as perseguições vividas por Pedro Ernesto e familiares às vésperas da decretação da ditadura estadonovista.

Além das cartas, encontramos importante material no fundo Góis Monteiro, que se acha sob a guarda do Arquivo Nacional. Destaca-se a correspondência trocada entre ele e o general Eurico Dutra e outros colegas de farda, além de relatórios apresentados ao presidente Vargas. Um dos assuntos mais relevantes que localizamos nesse acervo foi a planejada, mas não realizada, invasão ao Rio Grande do Sul por forças comandadas por Góis Monteiro, face à crise, iniciada em 1935 entre Flores da Cunha, governador daquele estado, e o governo federal, e que se intensificou cada vez mais com o passar do tempo. Um detalhamento das inspeções realizadas pelo próprio Góis Monteiro e pelo general Lúcio Esteves nas tropas sulistas e até mesmo exercícios militares com mapas mostrando a possível investida contra Porto Alegre são documentos que nos ajudam a compreender o nível exacerbado atingido pelas tensões.

Outras fontes importantes para o trabalho foram os periódicos de época. Uma variedade de jornais foi pesquisada, sempre na busca por posições políticas e abordagens distintas, com diferentes pontos de vista sobre os acontecimentos ocorridos no cenário histórico brasileiro.

Dentre as fontes utilizadas, cabe citar o diário de Getúlio Vargas, que possibilitou avaliar as reações políticas e opiniões do presidente, e não menos o seu silenciamento sobre situações mencionadas nos jornais e/ou identificadas nos arquivos de Pedro Ernesto e Góis Monteiro.

Para compreender o crítico período de 1935 a 1937 é importante uma breve contextualização histórica. Em 1929, com a “quebra” da Bolsa de Valores de Nova York, intensificou-se a perda de confiança no liberalismo. A intervenção estatal era vista como a solução para o retorno à estabilidade do sistema capitalista. Essa tendência se espalhou pela Europa e atingiu a América Latina, onde uma série de movimentos derrubou antigas oligarquias que estavam no poder, inclusive no Brasil. Pedro Ernesto esteve entre os

partidários de Getúlio Vargas, sendo um dos líderes do movimento revolucionário na cidade do Rio de Janeiro, então capital da República. Apelidado de “tenente civil” e de “mãe dos tenentes”, o pernambucano radicado no Rio guardou armamento em sua Casa de Saúde e foi uma das mentes pensantes do movimento armado que depôs Washington Luís.¹

Para Vargas e seu grupo, o Brasil necessitava de um governo forte, um Executivo com poderes para implementar um programa de governo de desenvolvimento econômico e social sem a necessidade de discutir as medidas democraticamente com o Poder Legislativo. No grupo político de Vargas havia figuras de relevo do pensamento autoritário brasileiro, como Oliveira Viana, Francisco Campos e Azevedo Amaral, e generais como Pedro Aurélio de Góis Monteiro e Eurico Gaspar Dutra. O “atraso” brasileiro atribuía-se à escolha do sistema liberal, que seria inadequado ao Brasil. O Congresso Nacional era visto como lugar de disputa entre interesses particulares, onde não se buscava a solução para os grandes problemas nacionais.

Pedro Ernesto apoiou inicialmente o uso da força e a necessidade de reformas políticas imediatas, de cima para baixo, com o presidente tendo poderes extraordinários. Porém, acreditava que esse deveria ser um caminho transitório. Em seus discursos dizia-se um democrata, rechaçando por vezes o pensamento autoritário, em especial o que chamava de “radicalismos contemporâneos”: o integralismo e o comunismo.² Daí seu afastamento paulatino do grupo que cercou Vargas a partir de 1934. Se fez parte do *Gabinete Negro* em 1930 – cúpula que aconselhava Vargas nas primeiras medidas revolucionárias –, no *Governo Constitucional* ele acabou por perder espaço, assim como outros “tenentes”, para o chamado grupo dos generais, conforme afirmou a filha e secretária do presidente, Alzira Vargas do Amaral Peixoto (1960, p. 60).

Entre os partidários da ditadura e conselheiros do presidente, talvez o mais importante tenha sido o general Pedro Aurélio de Góis Monteiro. Seus problemas com Pedro Ernesto

¹ Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro (DHBB), CPDOC- FGV, verbete Pedro Ernesto.

² CPDOC-FGV. Arquivo Pedro Ernesto, folheto PEB 5f.

vinham de longa data, desde 1930, quando o militar foi apontado como um “revolucionário de última hora”,³ acusado de se juntar ao movimento apenas quando a vitória parecia certa.

Góis Monteiro não se dava bem com os líderes tenentistas. Afinal, tal movimento, iniciado nos anos 1920, subvertia a hierarquia nas Forças Armadas. Era adepto da ideia de “soldado profissional”, que ganhou muita força principalmente a partir da influência dos chamados “jovens turcos” – grupo de militares brasileiros que haviam passado por uma espécie de estágio na Europa, no final da década de 1910. Em livro, Góis Monteiro expressa sua visão sobre a relação entre militares e a política: “(...) sendo o exército um instrumento essencialmente político, a consciência coletiva deve-se criar no sentido de se fazer a política do exército, e não a política no exército (...), suprimindo, quanto possível, o individualismo ou qualquer outra espécie de particularismo” (s.d., p 163). Enquanto isso, os tenentes defendiam o “soldado cidadão”, que, ao contrário do “soldado profissional”, deveria se envolver com os assuntos políticos nacionais de forma ativa, participando de atividades políticas.

Se o general via os tenentes como militares que subverteram a hierarquia, tinha menos apreço ainda por Pedro Ernesto, um tenente que nem formação militar tinha, mas que recebera a patente devido ao reconhecimento por seus serviços prestados para o êxito do movimento de 1930. Segundo o historiador Alain Rouquié, Vargas contou com Góis Monteiro para minar as aspirações políticas tenentistas (1980, p. 7). O próprio general confirmou isso, ao dizer que “a Revolução Paulista trouxe uma consequência boa: restabeleceu a disciplina no Exército, que estava, realmente, ao sabor das conveniências de alguns elementos agitadores e exploradores da farda” (Góis Monteiro, s.d., p 208).

A guerra civil iniciada por São Paulo em 1932, conhecida como *Revolução Constitucionalista*, pressionou o governo ditatorial a convocar uma Assembleia Nacional Constituinte e estabelecer eleições diretas para o Legislativo e Executivo. Porém, embora tenha cedido, a alta cúpula de Vargas entendeu tal momento como o retorno do criticado por inadequado sistema liberal. Tal desconforto aumentou ainda mais ao longo do *Governo Constitucional* (1934-1937), quando o governo passou por dificuldades, entre as quais uma

³ CPDOC – FGV. Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 524.

sucessão de greves e manifestações populares (Mourelle, 2015, p. 111-122), os conflitos entre comunistas e integralistas, uma oposição forte na Câmara dos Deputados e inconvenientes para lidar com aliados que, segundo o próprio Vargas, o visitavam com o propósito de pedir favores pessoais (Diário de Vargas, 1995, p. 308, 20/07/1034).

A criação da Lei de Segurança Nacional, sancionada em quatro de abril de 1935, visava fortalecer novamente o Executivo com prerrogativas de ação para além do que a Constituição de 1934 previa. As revoltas de novembro de 1935, em Recife (PE), Natal (RN) e Rio de Janeiro (RJ), acabaram dando a justificativa para o governo reformar a Carta constitucional e a própria Lei de Segurança. Já em 1935 surgiram as primeiras denúncias de planos continuístas e ditatoriais, e logo de um antigo aliado e governador do estado natal do presidente: José Antônio Flores da Cunha, que se tornou o principal adversário político de Vargas até a instalação do *Estado Novo*.

Quando do golpe de 10 de novembro de 1937, Pedro Ernesto já estava novamente preso, após um curto período em liberdade. Dessa vez, o sofrimento foi dobrado, pois seu filho também havia sido encarcerado pelas forças federais. Era o início do Estado Novo. O discurso da ditadura apresentou o novo regime como uma continuação do projeto de 1930, que teria sofrido deturpações de 1934 a 1937 e que seria colocado nos trilhos (Gomes, 1982, p. 118; Mourelle, 2015, p. 13).

Hélio Silva, historiador e contemporâneo do governo Vargas, afirmou em livro que Eurico Dutra confirmara o problema entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha como o início do desenrolar que levou ao Estado Novo. O presidente tinha a intenção de se livrar do governador do Rio Grande do Sul. Silva relatou ainda que havia intensa movimentação de tropas, tanto do Exército, quanto dos destacamentos provisórios estaduais, alguns meses antes da instalação da ditadura (1975, p. 124). Para Hélio Silva, a campanha do general Newton Cavalcanti contra o comunismo deu a justificativa almejada por Vargas. Cabe lembrar que Cavalcanti era simpatizante do integralismo e apresentou sua demissão após a Ação Integralista Brasileira ser dissolvida pelo decreto de dois de dezembro de 1937 (1975, p. 125).

Robert Levine também vê o conflito entre o presidente e o governador como catalisador do golpe: “Em 1937, o comando das Forças Armadas já não podia tolerar que Flores da Cunha conservasse um bem armado contingente estadual; e escudado no que lhe parecia ser, sem qualquer dúvida, o interesse nacional, reclamou o direito tradicional de intervir” (1980, p. 239).

Sem dúvida que a questão no Rio Grande do Sul foi um fato propulsor da união da alta cúpula em prol da manutenção de Vargas no poder, com aumento do combate aos adversários. Porém, há outras questões igualmente importantes que se agregam à oposição de Flores da Cunha e sem as quais não é possível compreender o golpe de 1937. Entre elas, o mais importante é a da candidatura de Armando de Salles Oliveira, com chances reais de levar São Paulo novamente ao poder, consolidando o retorno da democracia liberal. Dessa forma, o plano de transformações econômicas, sociais e culturais, iniciado em 1930, ficava ameaçado. As dificuldades em lidar com o Congresso Nacional e com a liberdade de imprensa e os entraves que manifestações populares e greves já haviam trazido, desde julho de 1934, completam o contexto de dificuldades enfrentadas pelo governo. Diante disso, a solução usada foi a mesma que já havia funcionado em novembro de 1935: o uso do anticomunismo, concretizado com a “descoberta” do *Plano Cohen*.

Os motivos que levaram Getúlio Vargas a ordenar ou compactuar com a prisão de Pedro Ernesto permanecem inconclusivos. Porém, a análise dos fatos e da conjuntura da época nos traz algumas hipóteses. Certamente o motivo não foi o envolvimento de Pedro Ernesto com o comunismo ou sua suposta liderança nas insurreições de novembro de 1935. Um primeiro ponto é a popularidade de Pedro Ernesto, seu posicionamento a favor da democracia e seu bom entendimento com líderes de várias ideologias diferentes. Por essas razões, o prefeito da capital da República parecia ser um rival em potencial (Mourelle, 2010).

O que parece mais certo é que Pedro Ernesto foi derrubado pelas tramas armadas contra ele por inimigos poderosos, dentre os quais Góis Monteiro e Filinto Muller. Os dois teriam sido apoiados pelas correntes opositoras dentro do Partido Autonomista do Distrito Federal e por outras figuras nacionais expressivas que tinham antipatia pelo prefeito, como o

então ministro da Justiça Vicente Ráo. As razões de Góis Monteiro já foram elucidadas. As de Muller também giravam em torno da péssima relação com o prefeito que havia, inclusive, tentado a criação de uma polícia municipal, a fim de enfraquecer os poderes do Chefe de Polícia do Distrito Federal e conseguir autonomia para tratar das questões de segurança na cidade do Rio de Janeiro. Assim, as boas relações de Pedro Ernesto com intelectuais e políticos de esquerda foram ampliadas além da conta para justificar sua prisão. Nessa conjectura, precisando do apoio de seus homens-fortes da repressão, Getúlio Vargas não se opôs à prisão, uma vez que via com desconfiança a crescente popularidade e a defesa intransigente da democracia por parte do prefeito.

Agora cabe analisar minuciosamente as quatro partes em que dividi a pesquisa. Primeiramente a ideia é contextualizar as forças políticas em confronto no Brasil no conturbado ambiente político do final de 1935 e início de 1936. Inicialmente há um ligeiro resumo das condições em que o projeto político varguista se encontrava, passados cinco anos da chamada Revolução de 1930. O foco principal são as perseguições políticas intensificadas após os levantes da Aliança Nacional Libertadora, em que se destaca a prisão de Pedro Ernesto Baptista, em quatro de abril de 1935, duas semanas depois da prisão de quatro deputados federais – João Mangabeira, Domingos Velasco, Abguar Bastos, Otávio da Silveira – e um senador – Abel Chermont –, o que realça o clima de medo e de intensa perseguição política que caracteriza os meses após a chamada *Intentona Comunista*. Faço ainda um breve resumo da trajetória e realizações de Pedro Ernesto enquanto prefeito da capital federal, com primeiro mandato entre 30 de setembro de 1931 e 2 de outubro de 34; e com segundo mandato entre sete de abril de 1934 e 4 de abril de 1936, mandato interrompido por sua detenção. Aqui se tornou necessário mapear seus aliados e opositores, terminando por mostrar como os jornais da época relataram a prisão e o encarceramento do popular prefeito do Rio de Janeiro.

Na segunda parte da pesquisa a meta é apresentar as primeiras cartas escritas pelo prefeito preso ao filho. As cartas são contextualizadas com as notícias nos jornais, assim como os acontecimentos citados por Pedro Ernesto são cruzados com as informações da

bibliografia sobre o período e com as anotações de Vargas em seu diário. Esse método de trabalho permeia toda esta obra, desde este capítulo até o último.

Destaca-se a angústia pela incerteza sobre quando seria realizado o julgamento de Pedro Ernesto. A espera prossegue paralela à acentuação das ações autoritárias e medidas repressoras do governo federal, que ainda impunha ao Congresso Nacional a prorrogação sucessiva do Estado de Sítio – equiparado ao Estado de Guerra. Vargas e seus aliados obtiveram a licença necessária, da Câmara e do Senado, para processar criminalmente os parlamentares presos. As emoções vivenciadas pelos presos políticos, através da figura de Pedro Ernesto, também são objeto da pesquisa. O prefeito preso mostrasse desanimado depois de completar três meses de prisão e, em seguida, esperançoso face às manifestações populares por ocasião de seu aniversário.

Outro objetivo é apresentar ao leitor a renovação de uma espécie de “guerra fria” entre Getúlio Vargas e Flores da Cunha. Depois dos primeiros desentendimentos, em 1935, terem sido suspensos pela necessidade de união frente a inimigos comuns, os insurretos comunistas, em meados de 1936 Flores da Cunha voltou a intensificar sua oposição ao governo, denunciando um suposto plano de Vargas para perpetuar-se no poder. Em contragolpe a Flores da Cunha, o presidente articulou nos bastidores o sistemático e irreversível enfraquecimento do governador do Rio Grande do Sul.

A terceira parte da pesquisa se debruça sobre o debate sobre a sucessão presidencial, assunto que passou a ser tratado com mais atenção na política nacional a partir do segundo semestre de 1936. Enquanto isso, Vargas articulava-se contra novo alvo: Antônio Carlos de Andrada que, pretendendo ser candidato à presidência da República, não era mais o aliado fiel que fora por vários anos ao governo. Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, passou a ser o mineiro preferido pelo presidente para assegurar o cumprimento dos planos visando sua continuidade no Catete. Já na esfera local, no Distrito Federal, intensificou-se uma insidiosa divisão no Partido Autonomista entre os favoráveis e os contrários a Pedro Ernesto, em que o prefeito tinha como principais defensores o deputado federal Júlio Novais e

o senador Jones Rocha, que discursavam frequentemente no Congresso Nacional em favor de sua libertação.

O aumento paulatino das críticas do Congresso e da imprensa ao autoritarismo varguista mostram um presidente pressionado. Passada a comoção com as revoltas aliancistas, parlamentares e jornalistas reclamavam da censura e cobravam transparência na escolha do candidato do governo à sucessão presidencial. Porém, uma demonstração de força de Vargas dá uma pista sobre seus planos e, ao mesmo tempo, impede o retorno de Pedro Ernesto à prefeitura, mesmo se fosse inocentado: em março de 1937 é decretada intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro.

Finalmente, a quarta e última parte da pesquisa destina-se a desvendar desde as consequências da intervenção na capital da República até o golpe de 10 de novembro de 1937, somando oito meses de articulações políticas. Além do Rio de Janeiro, também Mato Grosso sofreu com a intervenção federal, o que fez os governadores de Pernambuco, Bahia e Rio Grande do Sul tentarem unir forças em prol de suas autonomias estaduais. Diante disso, Vargas intensificou ataques contra seus adversários, em especial Flores da Cunha, tido como articulador de tal unidade opositora.

Na prisão há mais de um ano, Pedro Ernesto finalmente foi julgado. Foi condenado em primeira instância, pelo Tribunal de Segurança Nacional. Viu, do cárcere, o início da campanha presidencial, com a disputa entre José Américo – candidato oficial – e Armando Salles – o representante da oposição.

Quando Macedo Soares assumiu o Ministério da Justiça, em julho de 1935, centenas de presos foram libertados – ação apelidada de “Macedada” – e o Estado de Guerra não foi renovado, dando a falsa impressão de que se enfraquecia o regime de Vargas e da afirmação das eleições previstas para janeiro de 1938. Com Odilon Baptista sendo inocentado e, em seguida, Pedro Ernesto tendo o mesmo destino, ambos em decisão em segunda instância, do Supremo Tribunal Militar, a normalidade democrática parecia retornar. Porém, já em final de setembro de 1937, a descoberta do suposto *Plano Cohen* e a aprovação, na primeira semana

de outubro de 1937, de um novo Estado de Sítio equiparado ao Estado de Guerra, pavimentasse o caminho para novas prisões e, conseqüentemente, para a ditadura.

Depois de um ano e cinco meses preso, por igual período longe da família e do filho exilado, Pedro Ernesto havia aguardado um julgamento que parecia que nunca seria marcado. Viu alguns de seus adversários políticos tomarem seu lugar na prefeitura e outros atuarem dominantes no cenário nacional. Finalmente solto, quando o pesadelo parecia ter terminado, mais uma vez se viu detido, agora ao lado do filho. Se antes o problema era o Estado de Guerra e o tribunal de exceção, o problema havia tomado uma dimensão ainda mais grave: a partir de 10 de novembro de 1937 havia de fato um governo ditatorial contra o qual não havia meios legais de luta. Era a morte política de Pedro Ernesto.

No dia em que foi decretado o Estado Novo, Pedro Ernesto escreveu a Henrique Dodsworth, prefeito-interventor do Rio de Janeiro, solicitando que negociasse com Vargas sua libertação e a de Odilon. Em troca o ex-prefeito renunciaria a cargos públicos e a quaisquer pretensões políticas. Alguns dias mais tarde, Pedro Ernesto foi transferido para Campanha, em Minas Gerais, sob prisão domiciliar e, em janeiro de 1938, obteve permissão de Vargas para regressar ao Rio de Janeiro em liberdade. Uma série de humilhações estava à espera do ex-prefeito do Distrito Federal. Primeiramente sua patente de coronel-médico do Exército foi cassada, sob a acusação de que ele havia traído sua pátria e posto em risco a segurança nacional ao compactuar com líderes comunistas. Em seguida, Pedro Ernesto teve que enfrentar um longo processo na justiça, junto com outros funcionários municipais, respondendo à acusação de desvio de material da prefeitura, o que se transformou num escândalo muito explorado pelos jornais.⁴

Sua condição de ex-prefeito conferia o direito de foro especial, porém isso lhe foi negado pela justiça. Depois de quase dois anos, em agosto de 1939, finalmente Pedro Ernesto foi julgado e absolvido pelo juízo da 7ª Vara Criminal do Rio de Janeiro. Além de aniquilado politicamente, buscava-se apagar os vestígios de sua administração e atentar contra a memória

⁴ FGV/CPDOC. DHBB, verbete Pedro Ernesto.

deixada por sua administração. Na ocasião, já havia sido diagnosticado com câncer. O intenso sofrimento, tristeza e decepção sofridos cansaram corpo e espírito.⁵

Mesmo após essa intensa campanha de desmoralização, em julho de 1940 um fato mostrou que a popularidade de Pedro Ernesto se mantinha. No auge do Estado Novo, transcorridos quatro anos do fim de sua administração, um grupo de funcionários públicos municipais publicou em jornais um abaixo-assinado, com centenas de assinaturas, pedindo o retorno de Pedro Ernesto à prefeitura, exaltando suas ações enquanto prefeito.⁶ Entre os elogios, há um que dizia que Pedro Ernesto, “como prefeito, foi inédito e nenhum o sobrepujou até hoje. Deu ao povo carioca escolas e hospitais elevando assim o nível moral, intelectual e físico do povo que dirigiu”⁷.

O documento foi enviado a Góis Monteiro com o pedido de que este utilizasse a influência que tinha sobre Vargas para conseguir a indicação de Pedro Ernesto para a interventoria do Distrito Federal. Logicamente, o general, desafeto do ex-prefeito, não deu seguimento ao pleito.

A reclusão e o afastamento da vida pública, pela qual tinha adoração, só fizeram aumentar seus problemas. Muito debilitado, Pedro Ernesto foi internado diversas vezes. O agravamento do estado de saúde se deu progressivamente, forçando-o a se submeter a uma intervenção cirúrgica em dezembro de 1941. Menos de um ano depois da cirurgia, em 10 de agosto de 1942, Pedro Ernesto teve sua segunda e inexorável morte: após ter tido uma espécie de morte na vida pública, agora desaparecia por completo, deixando definitivamente a vida após alguns anos de luta contra o câncer. Porém, sua despedida foi marcante, com féretro e sepultamento dignos de um personagem importante da história do Brasil.⁸

Cabe lembrar que, em 1942, a ditadura estadonovista ainda estava em vigor, e prosseguiria ainda por quase três anos. Portanto, os jornais evitaram qualquer menção sobre a prisão do ex-prefeito e, principalmente, de seu desentendimento com o presidente Vargas. As

⁵ Id. Ibid.

⁶ CPDOC – FGV. Arquivo Pedro Ernesto, rolo 1, fot. 637.

⁷ Idem.

⁸ FGV/CPDOC. DHBB, verbete Pedro Ernesto.

retrospectivas biográficas dos jornais também não mencionaram qualquer acontecimento específico do governo de Pedro Ernesto, de modo a evitar qualquer reprimenda, censura ou sanção por parte do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP).⁹

O *Correio da Manhã* abordou o passamento do admirado prefeito da capital da República, considerando que ele tinha sido um homem bondoso, que ajudou principalmente os mais pobres e que fizera uma significativa obra na educação e na saúde. Ainda frisou o jornal, Pedro Ernesto atendia “as classes pobres, com quem gozava de real popularidade, pelo seu boníssimo coração, aliado a um caráter filantrópico de elevada classe”.¹⁰ No cortejo, uma multidão de pessoas das mais diversas origens sociais, “desde as mais elevadas, com a presença de altas personalidades, até os mais humildes cariocas, pessoas do povo, mulheres que levavam nos braços filhos pequenos”. Todos ali para prestar a última homenagem ao que julgavam ter se dedicado integralmente a atender as aspirações populares. Dessa forma, não faltaram no enterro as mais exaltadas manifestações de afeto.¹¹

O *Correio da Manhã*, pois, apresentou um cenário apoteótico de despedida de Pedro Ernesto, que possibilita compreender a imensa popularidade e o quanto foi marcante para os cariocas sua atuação frente à prefeitura, na qual se destacou como um dos mais importantes homens públicos dos anos 1930 no Brasil:

A certa altura, não foi mais possível conter os que se esforçavam para conseguir tomar uma das alças do caixão, e desse momento em diante passou a urna funerária a ser carregada ao ombro dos populares, muitos dos quais a aparência denunciava pertencerem à classe humilde, onde maior se fizera o vasto círculo de admiradores do ex-prefeito da cidade. (...)

Uma vastíssima multidão assistiu ao desfile fúnebre. Representantes de todas as classes. Grupos formados pelos representantes de associações profissionais, enfermeiras, militares, escolares, serventuários municipais, entre outros.¹²

⁹ Como se não bastasse toda a censura exercida pelo DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda –, o governo tinha o monopólio da importação e liberação do papel de imprensa. Logo, é compreensível que a imprensa evitasse quaisquer palavras que pudessem desagradar o governo federal.

¹⁰ *Correio da Manhã*, 11 de agosto de 1942.

¹¹ *Id.* *Ibid.*

¹² *Correio da Manhã*, 12 de agosto de 1942.

O jornal lembrou ainda que era surpreendente o fato de dezenas de milhares de pessoas estarem presentes, uma vez que Pedro Ernesto já estava afastado da vida pública há alguns anos. Os processos que enfrentou, seja o suposto envolvimento nos levantes da Aliança Nacional Libertadora, seja a acusação de improbidade administrativa, não afetaram sua popularidade. O grande destaque ficou a cargo dos discursos de líderes operários. O presidente do sindicato dos marítimos foi o mais aplaudido ao exaltar o ex-prefeito como um administrador zeloso e competente e, mais do que isso, como o “grande responsável pela consagração dos direitos das classes trabalhistas da cidade”.

Já o *Diário da Noite* além de uma extensa reportagem na primeira página, dedicou o editorial para homenagear o ex-prefeito. Austregésilo de Ataíde, diretor do jornal, fez um relato emocionado. O tenente-civil, homem importante para a deflagração do movimento de 1930, participante ativo do Gabinete Negro, fundador do Clube 3 de Outubro e fundador e líder do Partido Autonomista do Distrito Federal, em que pesasse todo o seu “currículo político”, foi tratado por Ataíde como uma figura honesta, transparente e afastada das artimanhas políticas usuais. Ataíde o definiu como alguém que “não pertencia à família multiforme e vária do ‘anthropos politikon’”, mas que possuía, no entanto, “comunicações secretas com as massas, esse sentido que faz às vezes os profetas, os santos e os heróis, e que consiste em sobrepor a caridade a toda outra fórmula de ação social”.¹³ Sem entrar em detalhes sobre a relação entre Pedro Ernesto e Getúlio Vargas, disse que a “vida pública encheu-o de decepções e sofrimentos, porque lhe faltaram horizontes para integrar-se num sistema e agir em função de uma determinada ideologia”.¹⁴

O *Jornal do Brasil* disse ter sido Pedro Ernesto o pioneiro na priorização da questão social no Brasil. Segundo o jornal, “Pedro Ernesto soube lançar e encaminhar a obra de amparo social, ao lado do presidente Getúlio Vargas”.¹⁵ Outros jornais, tais como o *Diário de Notícias* e a *Gazeta de Notícias* também deram destaque à popularidade do ex-prefeito. No cortejo, a multidão ocupou a totalidade da extensa Rua Voluntários da Pátria – uma das

¹³ *Diário da Noite*, 12 de agosto de 1942.

¹⁴ *Id. Ibid.*

¹⁵ *Jornal do Brasil*, 12 de agosto de 1942.

principais do bairro carioca de Botafogo –, tomando a direção do cemitério São João Batista. A imagem impressionante foi estampada na primeira página de vários jornais, que ressaltaram os laços afetivos entre os trabalhadores e Pedro Ernesto. A *Gazeta de Notícias* disse que “o povo soube compreendê-lo e por isso o amava com devotamento, vendo em sua figura uma força representativa de suas aspirações e um ardoroso defensor de suas prerrogativas”.¹⁶ Já o *Diário Carioca* e *A Noite* deram destaque à presença de personalidades no enterro, tais como o embaixador Oswaldo Aranha, o prefeito Henrique Dodsworth, o ex-deputado e ex-governador de Minas Gerais, Antônio Carlos de Andrada; além do ex-governador da Bahia, Juraci Magalhães; do ex-governador de São Paulo, João Alberto; ex-companheiro do Partido Autonomista do Distrito Federal, Augusto Amaral Peixoto; e os generais Cristóvão Barcelos, Almerio de Moura e Manoel Rabelo, dentre outros.

A família de Pedro Ernesto recebeu várias homenagens. Dodsworth decretou luto oficial na cidade. A Associação Brasileira de Imprensa, o Conselho de Medicina, o Liceu Literário Português, os empregados municipais e tantos outros órgãos enviaram coroas de flores. Gesto seguido pelo presidente Vargas, que embora não tenha comparecido ao enterro, enviou um representante.

O jornal *A Noite* definiu, por fim, assim reconheceu a grandeza do sepultamento de Pedro Ernesto Baptista: “dificilmente a nossa capital assistirá à mais expressiva e comovente demonstração de estima e de sentimento pela morte de um de seus servidores”.¹⁷

Fontes

Biblioteca Nacional. Hemeroteca Digital Brasileira.

Site: <http://memoria.bn.br/hdb/periodico.aspx>

Periódicos pesquisados:

Correio da Manhã

¹⁶ *Gazeta de Notícias*, 11 de agosto de 1942.

¹⁷ *A Noite*, 12 de agosto de 1942.

Diário da Noite
Gazeta de Notícias
Jornal do Brasil

Fundação Getúlio Vargas

CPDOC - FGV, Arquivo Pedro Ernesto.

Referências bibliográficas

- BARROS, Orlando. “Os intelectuais de esquerda e o ministério Lindolfo Collor”. In: FERREIRA, Jorge (org.). *História das esquerdas no Brasil*. 3 v. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2007.
- GÓIS MONTEIRO, Pedro Aurélio de. *A Revolução de 30 e a finalidade política do Exército*, Rio de Janeiro, Andersen, s/d.
- GOMES, Ângela Maria de Castro; OLIVEIRA, L. L. (Org.); VELLOSO, M. P. (Org.). *Estado-Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 1982.
- LEVINE, Robert M. *O Regime de Vargas. Os anos críticos (1934-1938)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.
- MOURELLE, Thiago. *O Trabalhismo de Pedro Ernesto*. Curitiba: Juruá, 2010
- _____. “Guerra pelo poder: a Câmara dos Deputados confronta Vargas (1934-1935)”. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.
- PEIXOTO, Alzira Vargas do Amaral. *Getúlio Vargas, meu pai*. Porto Alegre, Globo, 1960.
- ROUQUIÉ, Alain. *Papéis e comportamentos políticos das Forças Armadas na América Latina (1930-1945)*. Algumas reflexões para um estudo comparativo, papel apresentado no “Seminário sobre a Revolução de 30”, organizado no CPDOC - FGV, Rio de Janeiro, 22 a 25 de setembro de 1980, mimeogr.
- SILVA, Hélio. *A História da República Brasileira – O Estado Novo (1937-1938)*. São Paulo: Editora Três, 1975.

VARGAS, Getúlio. *Diário*. São Paulo: Fundação Getúlio Vargas, 1995. Vol. 1.

VIANNA, Marly. *Pão, Terra e Liberdade: memória do movimento comunista de 1935*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1995; São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, 1995.